

**Regulamento**

**8. Proposta de alteração à Parte H do Código Regulamentar do Município de Braga que inclui alterações à Parte Geral, à Tabela de Taxas, inclusão do 1º direito nas isenções e alteração à Taxa Municipal Turística - Início do procedimento.**

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação da abertura do Início de Procedimento de revisão regulamentar do Código Regulamentar do Município de Braga – Parte H - que inclui alterações à Parte Geral, à Tabela de Taxas, inclusão do 1º direito nas isenções e alteração à Taxa Municipal Turística, nos termos do disposto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

## PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

**N.º Informação:** 23377

**Data:** 11/03/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
<b>O(a) Vereador(a)</b> Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	<b>O Presidente, à reunião de Câmara,</b> <b>O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara,</b> (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
------------------------------	---------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
--------------------	--------------------

**Assunto: Início do procedimento de revisão regulamentar do CRMB - PARTE H - TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E TABELA DE TAXAS**

**PROPOSTA:** início do procedimento

---

Pela DMG-DCF-DCR foi proposta a alteração à PARTE H do CRMB.

Assim sendo, e verificando-se:

**1. que na proposta remetida a esta DAAJ, está fundamentada a necessidade de regular**

---

**Fundamentação:**

Desde a criação do CRMB, têm-se verificado, na prática, várias situações que carecem de revisão, bem como há necessidade de alargar os sujeitos de isenções, designadamente:

- Inclusão no articulado a referência à tabela de preços e outras receitas municipais (anexo 11), pois na versão atual do código apenas é feita referência à Tabela de taxas e ao anexo 7;
- Em matéria de liquidação, propõe-se a inclusão de um novo artigo para regulamentação em matéria de notificações de liquidação, bem como alguns ajustamentos na redação de outros artigos, nomeadamente em matéria de autoliquidação e revisão do ato de liquidação;
- Em matéria de isenções e reduções de taxas a proposta de alteração tem como principais objetivos:
  - Simplificar os procedimentos de pedidos de isenção das entidades que integram o universo municipal, nomeadamente as empresas municipais e freguesias;
  - Esclarecer o enquadramento para que as restantes entidades possam beneficiar de isenção ou redução de taxas e outras receitas municipais;
  - **Inclusão das isenções referentes aos beneficiários do 1º direito;**
  - Inclusão de anexo ao CRMB com a fundamentação das isenções;
  - Alteração ao procedimento de isenção, prevendo-se uma penalização para os casos em que os pedidos de licenciamento não são efetuados no prazo definido no CRMB.
- Em matéria de pagamentos pretende-se alterar os artigos relacionados com os pagamentos em prestações, para simplificar a análise e o processo de autorização, bem como identificar as consequências para o não cumprimento do plano de prestações;

- No artigo H-1/35.º apenas é referida a atualização à tabela de taxas, com esta alteração, para além da inclusão da tabela de preços e outras receitas municipais, pretende-se, também, definir a regra dos arredondamentos aplicados na atualização dos valores anuais.
- Torna-se premente dar início ao procedimento de **revisão da tabela de taxas** e da respetiva fundamentação económico-financeira, tendo em conta que:
  - A aprovação da atual Tabela de Taxas Municipais e a respetiva fundamentação económico-financeira ocorreu em 2008, importa adequá-la à realidade da alteração ocorrida na estrutura orgânica do município, ao quadro de competências transferidas pela Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e a entrada em vigor do simplex urbanístico;
  - A definição de novos procedimentos que têm sido implementados para tornar os serviços municipais mais eficientes na resposta às solicitações dos munícipes;
  - A necessidade de adaptar a tabela de taxas, com a criação de novas taxas e a revisão de outras, de forma a permitir ajustá-la aos novos desafios impostos aos municípios nas diversas áreas de atuação.
- Proposta de alteração à **Taxa Municipal Turística**, tendo como principais objetivos:
  - A revisão da incidência e isenção da taxa, propondo-se que a taxa seja aplicada durante todo o ano;
  - A isenção do pagamento da taxa para as estadias relacionadas com eventos organizados pelo município;
  - Em matéria de contraordenações, pretende-se identificar as situações de incumprimento e fixar o valor das coimas associadas;
  - Propõe-se também alterações relacionadas com o relacionamento, na utilização da plataforma da taxa turística, entre as entidades e o município.

## **2. e que o Município está habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241º da CRP,**

---

Está o processo em condições de:

- 1. ter seguimento para o Ex.mo Sr. Presidente da Câmara, para efeitos de remessa ao Executivo Municipal.**

**Assim,**

Deverá o processo ser remetido à **Unidade de Apoio e Assessoria aos Órgãos Autárquicos (UAAOA)** para os **procedimentos necessários à submissão a reunião do Executivo Municipal** (Ordem de Trabalhos), para:

**SOB PROPOSTA DA SR. PRESIDENTE DA CÂMARA** – solicitar aprovação do **início do presente procedimento de regulamentação**, para alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga – **PARTE H – TAXAS E RECEITAS MUNICIPAIS E TABELA DE TAXAS**, que deverá depois ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA.

A jurista, gestora do procedimento,